

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.133 - RS (2019/0039233-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **ARNILDO ALCIDES FISCHBORN**
ADVOGADOS : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN E OUTRO(S) - RS028958**
: **RENAN RAMOS FERREIRA - RS075716**
: **RENAN TELÖKEN - RS082371**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301**
: **OLON MENDES DA SILVA - RS032356**
: **CRISTIANO FAGUNDES MACIEL - RS085961**
: **JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A**
: **SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RS095803A**

DECISÃO

O presente recurso versa sobre tema afetado à Segunda Seção do STJ pelo em. Ministro RAUL ARAÚJO, nos autos dos REspS n. 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, para julgamento segundo o rito previsto nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, a fim de definir sobre a "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas".

Nos termos do art. 256-L do RISTJ (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016), o recurso especial distribuído nesta Corte, que tenha como fundamento idêntica questão de direito afetada, será devolvido ao Tribunal de origem, para nele permanecer suspenso.

Assim, por razões de economia processual e em atenção aos objetivos das regras que disciplinam a matéria, faz-se necessário remeter os autos à origem, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça sobre o recurso especial representativo da controvérsia.

Diante do exposto, RECONSIDERO a decisão monocrática (e-STJ fls. 510/513), tornando-a sem efeito, e DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos à origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, depois de publicado o acórdão paradigma, seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator